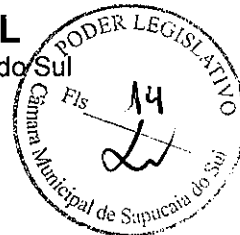




CÂMARA DE VEREADORES DE SAPUCAIA DO SUL

Av. Assis Brasil, nº51, Centro, CEP 93.220-050 - Sapucaia do Sul - Rio Grande do Sul
Fones (51) 3474-1887 / 3474-1226 - Fax: 3474-1081



Protocolo nº 654/2019

Solicitante: 3299 – Vereador Gervásio Santana (PP)

Assunto: PROJETO DE LEI - ALTERA A REDAÇÃO DA LEI Nº 3.466/2013.

RELATÓRIO

Trata-se de proposição legislativa de autoria de vereador com assento nesta Câmara Municipal, cujo mérito trata de alterar a redação da Lei nº 3.466/2013, que Declara com bem de uso comum do povo o imóvel que denomina, ***Institui o Parque Municipal de Eventos Jayme Caetano Braun e dá outras providências***, alterando o nome do mesmo para ***PARQUE MUNICIPAL DE EVENTOS PAULO DUZAC.***

Vem o feito instruído com mensagem justificativa e projeto de lei em anexo (fls. 02/04), cópia do Projeto de Lei com as alterações (fls. 05/06), certidão de óbito do Sr. Paulo Duzac (fl. 07) e Lei Municipal nº 3.466/2013 que instituiu o nome do Parque de Eventos ora em análise (fl. 08/10).

Breve é o relatório.

PARECER

Preliminarmente, é importante que se proceda a análise do presente pleito em congruência com a Lei nº 3.444, de 04 de novembro de 2011, à qual ***“Regulamenta a denominação de bairros, logradouros públicos e bens públicos do Município de Sapucaia do Sul”***, cuja íntegra segue em anexo.

Pois bem;

Ao procedermos para com a análise da presente Lei, verificamos a viabilidade legal para a referida proposição legislativa ora em debate, à qual vem tipificada junto ao arts. 7º, 8º, parágrafo único e art. 9º da Lei 3.444/2011.

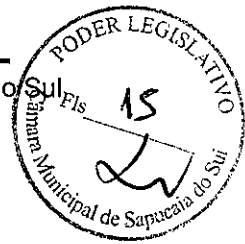
Senão vejamos:

Art. 7º. Será mantida a atual nomenclatura de logradouros, bairros e bens públicos, e só haverá substituição de nomes nos seguintes casos:



CÂMARA DE VEREADORES DE SAPUCAIA DO SUL

Av. Assis Brasil, nº51, Centro, CEP 93.220-050 - Sapucaia do Sul - Rio Grande do Sul
Fones (51) 3474-1887 / 3474-1226 - Fax: 3474-1081



I - nome em duplicata ou multiplicata, salvo quando, em logradouros de espécies diferentes, a tradição tornar desaconselhável a mudança;

II - denominações que substituam nomes tradicionais, cujo nome persiste entre o povo, a que, tanto quanto possível deverão ser restabelecidos;

III - nome de pessoa sem referência histórica que as identifiquem, salvo quando a tradição tornar desaconselhável a mudança;

IV - nome de diferentes logradouros, bairros e bens públicos homenageando as mesmas pessoas, lugares ou fatos, salvo quando a tradição tornar desaconselhável a mudança;

V - nome de difícil pronúncia e que não sejam de fatos ou pessoas de projeção histórica;

VI - nome de eufonia duvidosa, significação imprópria ou que se prestem a confusão com outro nome anteriormente dado.

*Art. 8º Todo o projeto de Lei, para denominação de novos logradouros, bairros ou bens públicos, **deverá ser instruído com a documentação que faça prova do falecimento**, da pessoa homenageada, e sendo o caso, outros documentos que comprovem que está enquadrado nos requisitos e critérios estabelecidos por esta lei.*

*Parágrafo Único - **Quando a iniciativa legislativa for do Poder Legislativo, os documentos mencionados no caput deste artigo deverão acompanhar o respectivo autógrafo, para instrumentalizar o Poder Executivo, com vistas à sanção e promulgação da Lei.***

Art. 9º Altera a redação do art. 65 da Lei Municipal nº 651, de 09 de dezembro de 1977, que passa a ter a seguinte redação:

"Art. 65 Os dos logradouros, bairros e bens públicos serão denominados pelo Poder Executivo e concorrentemente pelo Poder Legislativo, que deverão observar os critérios e/ou requisitos estabelecidos em Lei."

A interpretação dessas regras sugere que a proposta em exame, à primeira vista, não se situe fora da esfera de atuação do Poder Legislativo, sendo competência



CÂMARA DE VEREADORES DE SAPUCAIA DO SUL

Av. Assis Brasil, nº51, Centro, CEP 93.220-050 - Sapucaia do Sul - Rio Grande do Sul
Fones (51) 3474-1887 / 3474-1226 - Fax: 3474-1081



CONCORRENTE, sendo requisito nesse aspecto apenas que o ato se dê com a sanção do Prefeito.

Aqui a nossa única ressalva quanto ao que dispõe a Lei nº 3.444/2011:

Art. 6º A alteração de nome de logradouros, bairros ou bens públicos, só será possível mediante aprovação do Projeto de Lei pela maioria absoluta dos Vereadores da Câmara Municipal, nos termos do § 3º do art. 52, da Lei Orgânica do Município. (grifou-se).

Dito isso, levando-se em consideração o escopo do projeto de lei em análise, qual seja, a alteração de nome de Parque de Eventos, com as respectivas justificativas lançadas pelo Edil, verificamos que, não óbice legal para tal proposição por iniciativa da Câmara de Vereadores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com as informações que julgamos pertinentes à matéria em comento, encaminhamos a proposição à sua tramitação regimental, com a viabilidade jurídica da sua tramitação junto à esta Casa Legislativa e posterior análise da Comissão de Legislação e Justiça.

À conclusão superior, e com aprovação, encaminhem-se os autos à Diretoria Legislativa para as diligências de costume.

Sapucaia do Sul, 02 de Outubro de 2019.

João Roberto da Fonseca Junior
Procurador Chefe
OAB/RS 69.257